



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos doze dias do mês de janeiro do ano dois mil e sete, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Presidente relatou a reunião que teve com a dra. Maria Helena a respeito da administração do prédio e sobre os funcionários, com os quais se pretende marcar uma reunião para falar sobre as mudanças decorrentes da transição. Sobre Brasília, disse que será possível alocar um defensor lá, utilizando a estrutura da PGE até o final de setembro, o que será definido melhor com a volta da Conselheira Daniela. Sobre o II Concurso, relatou reunião com a Fundação Carlos Chagas, que fará uma previsão de custos e prazos e enviará ao Gabinete na próxima semana. Disse que há possibilidade de a fundação fazer também o concurso de estagiários. O Conselheiro Vitore fez um aparte para expressar sua preocupação com o número de inscritos para o concurso de estagiários, já que os últimos, realizados pela PGE, não conseguiram preencher as vagas. A Presidente, então, noticiou que o DRH ficará responsável pelo credenciamento e pelo pagamento dos estagiários. Quanto aos descredenciados pela PGE anteriormente à Deliberação n.º 26, não poderão ser recredenciados; já aos que ainda não foram desligados será concedido prazo de seis meses para apresentarem o diploma. Nesse momento, o Conselheiro Victor Hugo manifestou seu interesse em recredenciar os estagiários de sua regional, e a Conselheira Cristina recomendou que ele faça o levantamento dos estagiários que têm interesse em continuar e que ainda não apresentaram diploma para que se verifique a possibilidade de recredenciamento. Em continuidade a sua comunicação, a Presidente relatou sua reunião com o Secretário de Justiça e com o Secretário de Planejamento, da qual participaram o MP e o Judiciário e a qual considerou como uma das melhores de que tenha participado. Um dos focos da reunião foi o Fundep. A questão remuneratória foi apresentada e conduzida com muita habilidade pelo dr. Marrey, que reafirmou a necessidade de implementar a Defensoria Pública. O Conselheiro Vitore fez outro aparte para dizer que o dr. Marrey é o articulador das instituições jurídicas junto ao Governo. A Presidente continuou, relatando que discutiu com o Secretário da Justiça sobre o convênio com a Funap, que teve algumas cláusulas modificadas. Quanto aos valores do repasse, neste momento em que a Defensoria está assumindo os convênios, disse que a política assumida pelo FAJ é de não-reajuste. Relatou ainda que a Fundap conferirá um padrão de atendimento, que será implementado em uma regional por vez, sendo que, na Capital, a primeira será Santo Amaro. Sobre esse ponto, o Conselheiro Vitore apontou como aspectos problemáticos a falta de infra-estrutura e o aumento de demanda, em um nível que assustou a consultora do Poupatempo, contratada para organizar a triagem. A perspectiva de melhora dirige-se ao atendimento pessoal e telefônico (linha 0800), no sentido de sempre dar as informações solicitadas. Sugeriu que a Fundap participe do Encontro Estadual, que está sendo organizado pela Escola da Defensoria, para apresentar os problemas detectados e as expectativas de futuro. Em seguida, passou-se ao momento aberto, em que se inscreveu o senhor Luís Carlos Santos, representante dos Direitos Humanos de Cotia, que foi convidado a participar da reunião pela Ouvidoria. Acompanhado de equipe do Canal 49



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

(www.cotiaonline.com.br), apresentou denúncias ao tratamento dado aos adolescentes em conflito com a Lei de Cotia, que estão presos em celas dentro da sede da guarda civil, local totalmente inadequado, que deveria ser provisório, mas a situação perdura há mais de um ano. Já foi feita uma matéria com a TV Globo a esse respeito, mostrando que muitas vezes meninos e meninas ficam na mesma cela, não tomam banho de sol, as condições sanitárias e alimentares são péssimas, não há preparo do pessoal encarregado dos cuidados dos menores. Além disso, a capacidade da delegacia é de 96 pessoas, no entanto está abrigando mais de 300 presos. Segundo Luís Carlos, já houve audiências públicas sobre o problema e se pretende fazer outra depois de março. Disse ainda que entrou com representação no MP de Cotia contra a PM, pois alguns policiais invadiram a sede dos Direitos Humanos de Cotia; no entanto, a denúncia foi arquivada pelo MP. Em resposta às denúncias, a Presidente disse que enviará ofício ao Coordenador do Núcleo de Infância e Juventude para que a Defensoria tome as providências cabíveis. Em seguida, o Presidente da Apadep manifestou-se para noticiar que o Defensor Fabiano aceitou o cargo de coordenador jurídico da associação e que há possibilidade de ser transferido para a Capital. Em seguida, passou-se à manifestação dos conselheiros, iniciada pelo dr. Noadir, que agradeceu a presença de Luís Carlos e parabenizou o Conselheiro Willian pelo importante trabalho que desenvolve no contato com a sociedade civil. Ressaltou também o trabalho com a imprensa desenvolvido pelos Defensores Antonio Maffezoli, Marcelo Novaes e Renato De Vitto. Manifestou sua satisfação com a entrada dos novos funcionários nas regionais, o que sinaliza que o Gabinete dá ao interior e à capital a mesma importância, pois terão a mesma estrutura, inclusive pela padronização do atendimento. O Conselheiro Willian iniciou sua manifestação agradecendo a presença de Luís Carlos no momento aberto, que propicia, com a colaboração da sociedade civil organizada, uma reflexão sobre a atividade da Instituição em face dos problemas vivenciados pelos Defensores dos Direitos Humanos. Disse tratar-se de um momento de troca. Relatou incidente que ocorreu com o Padre Waldir, coordenador da Pastoral Carcerária, que foi informado por uma funcionária do fórum que não havia nenhum defensor no local. Sobre a vitória no caso do feto, parabenizou o Defensor Marcelo Novaes pela atuação, ressaltando uma posição contrária à tese defendida no caso, apresentadas por Albertina Costa, representante do movimento feminista e membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria, e Luciana Zaffalon, membro do IDDD, que o Grupo de Trabalho da Ouvidoria, pois o reconhecimento de direitos do feto prejudica o debate sobre a legalização do aborto. Comunicou a presidência que desde o mês de novembro, aguarda confecção de cartazes da Ouvidoria-Geral para afixar nos postos de atendimento da Instituição. Sobre a participação da sociedade civil no momento aberto, o Conselheiro Victor Hugo sugeriu que haja um retorno sobre o andamento dado aos casos, sobre o que o Conselheiro Carlos Weis apresentou um aparte para dizer que a Deliberação CSDP n.º 16, em seu art. 4.º, parágrafo único, estabelece a obrigação de o Coordenador informar ao Conselho Superior da Defensoria Pública, a cada três meses, as principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo Especializado. Nesse sentido, o Conselheiro Carlos Loureiro relatou que dia 11 esteve em reunião com o movimento dos trabalhadores sem teto, que resultou no atendimento de emergência a dois casos graves, um deles da Capela do Socorro, área que sofria risco de desocupação por requisição administrativa, contra o



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

que foi proposta uma ação civil pública. Pediu o apoio do Conselho para que o trabalho dos núcleos continue a ser realizado com qualidade, o que depende de pessoal e aparelhamento, pois o trabalho é desgastante e as causas são complexas. Lembrou ainda a necessidade de envolvimento da carreira na Jornada da Moradia, que ocorrerá no dia 24 de fevereiro e atenderá o número estimado de até seis mil pessoas. Pediu o auxílio da Apadep na divulgação do mutirão, em que serão encaminhados processos relativos a questões de moradia e solicitou que haja gratificação para os participantes. O Conselheiro Vitore informou que o evento terá palestras concomitantes aos atendimentos, que serão organizados em salas separadas por temas, como usucapião, desapropriação. Encerradas as manifestações, passou-se à ordem do dia, estando em pauta o Processo CSDP n.º 25/2006, proposto pela Conselheira Cristina Guelfi Gonçalves, que busca regulamentar o estágio de direito na Defensoria Pública, relatado pela Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli, cuja discussão resultou na aprovação, por unanimidade, da Deliberação CSDP n.º 28, de 12 de janeiro de 2007, que altera o art. 7.º da Deliberação CSDP n.º 26, de 21 de dezembro de 2006. Em seguida, discutiu-se o Processo CSDP n.º 426/2006, proposto pelo Conselheiro Willian Fernandes, que objetiva aprovar Deliberação sobre Regulamento das Conferências Estadual e Pré-Conferências Regionais da Defensoria Pública e que foi relatado pelo Conselheiro Wagner Giron de La Torre. O processo recebeu pedido de renovação do prazo de análise pelo Conselheiro-Relator, o que foi aprovado, por unanimidade, nos termos do art. 53, § 1.º, do Regimento Interno deste Colegiado. Passou-se ao Processo CSDP n.º 429/2006, cujos proponentes são Carmen Silvia de Moraes Barros, Daniela Sollberger Cembranelli e Flávio Américo Frasseto e que contém proposta de normas gerais de funcionamento dos núcleos especializados. O relator, Conselheiro Noadir Marques da Silva Jr., também apresentou pedido de renovação do prazo de análise, o que foi aprovado, por unanimidade, nos termos do art. 53, § 1.º, do Regimento Interno deste Colegiado. Em seguida, discutiu-se o Recurso CSDP n.º 430/06, apresentado por Cristiano Santana da Silva contra questão de Direito Processual Penal da segunda prova escrita do I Concurso Público de Provas e Títulos da Defensoria Pública de São Paulo e que teve por relator o Conselheiro Roque Jerônimo Andrade. O recurso foi discutido e improvido, por unanimidade, nos termos do voto do relator, impedidos os Conselheiros Carlos Weis, Vitore André Zilio Maximiano e Wagner Giron de La Torre. Passou-se à discussão do Processo CSDP n.º 001/07, proposto pela Procuradoria de Assistência Judiciária de Campinas e Jundiaí, que trata de concurso de estagiários para a área de assistência judiciária e que tem por relator o Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. A discussão resultou na homologação, por unanimidade, nos termos do voto do relator, do referido concurso. Em seguida, passou-se ao Processo CSDP n.º 003/07, proposto pela Conselheira Cristina Guelfi Gonçalves, a respeito da abertura do I Concurso de Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e outras providências, relatado pelo Conselheiro Carlos Weis, cuja discussão resultou na deliberação, por unanimidade, da abertura do concurso, conforme art. 31, inc. XXIV, da Lei Complementar n.º 988, de 09 de janeiro de 2006, nos seguintes termos: I – designado o Conselheiro Carlos Weis relator e presidente da banca examinadora; II – determinada a abertura das inscrições para a composição da banca, no período de 16 a 19 de janeiro de 2007, com cinco membros titulares e cinco suplentes,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

para exame das disciplinas de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal. Em seguida, foram discutidos os processos referentes aos relatórios semestrais de defensores em estágio probatório, estando em pauta os Processos CGDP n.º 001/06, cuja interessada é Ana Carolina Franzin Bizarro e n.º 004/06, cujo interessado é Francisco Romano, ambos relatados pelo Conselheiro Noadir Marques da Silva Jr., além dos Processos CGDP n.º 002/06, cuja interessada é Luciana Maschietto Talli, 003/06, cuja interessada é Eleonora Nanni Lucenti, n.º 005/06, cujo interessado é Glauber Callegari, n.º 006/07, cujo interessado é Ivan Silveira Laino, n.º 007/07, cuja interessada é Juliana Garcia Belloque, n.º 008/07, cuja interessada é Luisa Hamud Morato de Andrade, n.º 009/07, cujo interessado é Luis Cesar Rossi Francisco, n.º 010/07, cuja interessada é Mailaine Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira, n.º 012/07, cuja interessada é Renata Flôres Tibyriçá, e, finalmente, n.º 014/07, cuja interessada é Gisele Ximenes Vieira dos Santos Inácio, n.º 015/07, cuja interessada é Tatiana Elisa Marão Beraquet, todos, pela urgência dos casos, relatados pelo Conselheiro Vitore Maximiano. Os processos relacionados foram discutidos, o que resultou na aprovação, por unanimidade, nos termos dos votos dos relatores, a continuidade do estágio probatório dos Defensores Públicos interessados. Sem mais processos a serem relatados na ordem do dia, o Senhor Presidente *ad hoc* deu por encerrada a sessão. Eu, Tamara Castro, Secretária do Conselho, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 12 de janeiro de 2007.